



CAMINHAR EM SENTIDO ÚNICO

NOTAS DE UM ESPAÇO PÚBLICO CARIOCA À LUZ DAS OLIMPÍADAS

Bruno Amadei Machado

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ
bruno@brunoamadei.com

Luana Fonseca Damásio

Programa de Pós-Graduação em Artes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ
luanafdamasio@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir as transformações em andamento na zona central da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no perímetro do projeto Porto Maravilha, em um espaço público anunciado como “espaço democrático de acesso à experiência olímpica”, recém-inaugurado e integrado ao calendário de atividades culturais dos Jogos Olímpicos de 2016. Através deste exercício conjunto de escrita e tendo como fio condutor a experiência da caminhada, busca-se combinar a análise do atual modelo de renovação urbana à emergência de um acontecimento sem precedentes, evidenciado pela instauração de um sentido único de circulação peatonal na área. Mais além, defende-se que o binômio “Olimpíadas-Porto Maravilha” constitui rara janela de oportunidade para a consolidação de um fazer-cidade novo, onde arranjos circunstanciais e espetaculares que amparam grandes eventos são entendidos como uma brecha, ocasião ímpar para a intensificação do controle sobre a vida nos grandes centros urbanos e, não por acaso, para o silenciamento das disputas que contestam o projeto hegemônico de cidade.

Palavras-chave: Porto Maravilha. Megaevento. Requalificação urbana. Caminhada.

ABSTRACT/RESUMÉ: The present work aims to discuss the transformations that are taking place in Rio de Janeiro's central area, more precisely inside *Porto Maravilha's* field of intervention, on a recently inaugurated public space which has been announced as the "democratic space of access to the Olympic experience", where a series of cultural activities were held during the Rio 2016 Olympic Games. Through this joint writing exercise and having the experience of walking as a common thread, an effort is made to combine the analysis of the present urban renewal model with the emergence of an unparalleled event, being evident in the making of a single-direction pedestrian flow of circulation in the area. Further on, this paper defends that the binomial "Olympics-Porto Maravilha" provides a rare window of opportunity towards the consolidation of a new "city making", thus a unique occasion to the intensification of mechanisms of control over life in great urban centers and, not by coincidence, to the silencing of disputes that challenge the hegemonic project of city.

Keywords: Porto Maravilha. Mega-event. Urban renewal. Walking.



1. INTRODUÇÃO

“Na próxima quinta-feira, feriado no Rio de Janeiro e dia do triatlo, a Orla Conde funcionará em sentido único. Pedestres que quiserem circular na região só poderão caminhar da Praça XV em direção a Praça Mauá. [...] A decisão foi tomada após a prefeitura constatar uma quantidade muito grande de pessoas na Orla Conde, principalmente, em frente ao Museu da Marinha. No domingo, 130 mil pessoas passaram pelo Porto Maravilha.” (O GLOBO, 2016)

Dezoito de agosto de 2016, fim de tarde de uma quinta-feira. Instigados pela notícia transcrita acima, nos encontramos na Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, também chamada de Boulevard Olímpico, para seguir o fluxo de sentido único, experimentando pouco mais de um quilômetro de caminho linear recém-aberto aos pedestres na área central do Rio de Janeiro. Através deste exercício conjunto de escrita e tendo como fio condutor a experiência da caminhada, buscaremos combinar a narrativa a outras reflexões pertinentes à compreensão das tendências recentes de renovação urbana colocadas em prática no projeto Porto Maravilha.

De antemão, cabe sinalizar que a abertura do Boulevard Olímpico, como o nome já indica, coincidiu com a celebração de um grande evento esportivo internacional, cujas particularidades se fazem sentir a todo instante. O caráter de excepcionalidade devido à curta duração dos Jogos e, mais especificamente, desta quinta-feira marcada pela adoção de novas regras de deslocamento na área, nos coloca em certo limbo espaço-temporal: partindo das *coisas novas e ruins*, como diria Bertolt Brecht¹, o quê disso tudo permanecerá após os Jogos? Expandindo os sentidos do termo “legado”, já tão utilizado pelos poderes constituídos para sinalizar promessas jamais cumpridas, que mecanismos cotidianos de controle e exclusão se atualizarão? Em meio à dúvida, preferimos assumir que o binômio Olimpíadas-Porto Maravilha constitui rara janela de oportunidades para a consolidação de um fazer-cidade novo, mas nem por isso menos pior. Do controle ostensivo à naturalização de símbolos corporativos observados a cada metro percorrido, a dificuldade de distinguir os arranjos permanentes daqueles temporários nos obriga a confabular futuros possíveis^[2] e críticos, na ampla e dura acepção do termo.

2. SUBSÍDIOS PARA UMA VIA DE MÃO ÚNICA

Forçosamente, nossa caminhada parece ter começado em outubro de 2009. Durante a 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional o Rio de Janeiro foi eleito vencedor na disputa pela cidade-sede das Olimpíadas de Verão de 2016, fazendo com que o então Presidente da República chorasse de emoção, afirmando que havia chegado a hora de *“acender a pira olímpica em um país tropical, na mais linda e maravilhosa cidade: o Rio de Janeiro.”*[3] Poucos meses depois, naquela mesma cidade, a lei Municipal 101/2009 cria a Operação Urbana Porto Maravilha. Apoiada no alinhamento inédito entre as três esferas de poder e fazendo valer a promessa de que a inserção definitiva do Rio de Janeiro no circuito de megaeventos serviria de alavanca para transformações urbanas, a nova legislação instaurou a maior Operação Urbana Consorciada do país, dando início a um amplo projeto de reestruturação da Zona Portuária.

Em linhas gerais, o Porto Maravilha consiste em uma parceria público-privada (PPP) regulamentada pelo Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) e gerida por uma empresa de economia mista, a Companhia Municipal de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp). Dentre as atribuições da Cdurp está a contratação de um consórcio, o Porto Novo S/A, composto por três das maiores construtoras do país: OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia. Juntas, estas empresas têm a concessão para executar as obras e manter os serviços urbanos da região, tais como iluminação pública, coleta de lixo e conservação de ruas, pelo período de 15 anos. Considerando que esta PPP é a primeira do gênero em terras cariocas e a maior do país, deve-se julgar que a concessão de uma porção considerável da área central da cidade (5 milhões de metros quadrados) à iniciativa privada inaugura oficialmente um amplo horizonte de alianças entre os setores público e privado.

Neste mesmo horizonte carioca, muitos autores vêm se debruçando na íntima relação estabelecida entre planejamento estratégico e megaeventos, sobretudo nas duas últimas décadas, que culminaram na preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. Em "Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro", Carlos Vainer enfatiza, à luz das reflexões de Giorgio Agamben, a transformação da excepcionalidade em regra na constituição de um estado de exceção permanente, mas também o estado de exceção enquanto virtude que passa a caracterizar o próprio estado contemporâneo. Diante dos imperativos de flexibilização e



centralidades periféricas | periferias centrais

eficiência da gestão urbana, pautas frequentes da atual política neoliberal, o autor postula o termo cidade de exceção:

“A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político.” (VAINER, 2011:10)

À flexibilização, acrescenta-se que a demanda por agilidade e eficiência da gestão urbana faz com que o debate público desapareça, uma vez que, em nome de um inalcançável consenso em torno da formulação de metas e objetivos estratégicos, o comum acordo entre governo local e sociedade civil só pode se viabilizar por vias antidemocráticas. A solução passa, então, por planejar a cidade através de decisões centralizadas na figura de um chefe carismático (prefeito) que, com o auxílio de uma equipe capaz de fornecer o domínio (dito) técnico da questão, dá a última palavra e abre constantes exceções em favorecimento às demandas do mercado. Se não idênticos, os mecanismos que prescrevem a cidade de exceção mostram-se bastante fiéis ao caso do Porto Maravilha, cujas consequências já podem ser sentidas, por exemplo, na Orla Conde.

Por outro lado, ao reconhecermos que na metrópole gerida como uma empresa o direito à cidade é proporcional à capacidade de investimento do cidadão (OLIVEIRA, 1999:153), que papel estaria relegado aos atores locais face às transformações observadas na Zona Portuária? Considerando que os valores médios de rendimento dos moradores da região constam entre os mais baixos do município, a relação entre direito à cidade *versus* capacidade de investimento se confirma, haja vista as constantes críticas à ausência de canais de participação popular para decidir os rumos do Porto. Ademais, a gravidade da situação atinge não apenas a falta de participação, mas também o direito daquela população em permanecer ali. Mesmo sem quantificar o fenômeno da gentrificação decorrente do aumento do custo de vida na área, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro estimou que até 2014, de um total de 1.747 famílias que viviam em ocupações e favelas da Zona Portuária, 605 delas já haviam sido removidas e 1.142 ainda estavam ameaçadas de remoção (COMITÊ POPULAR COPA E OLIMPÍADAS RIO DE JANEIRO, 2013). Em

outras palavras, o processo que ilumina a reformada Orla Conde é também aquele que gradualmente exclui os homens lentos, tradicionais vizinhos pobres, das suas margens opacas[4].

3. PAISAGEM, PUBLICIDADE E PATRIOTISMO

Tendo exposto brevemente alguns dos pressupostos macropolíticos que por vezes escapam aos olhos desatentos, retornemos à experiência do observador que visita a Orla Conde pela primeira vez. Se quiser ver o conjunto da obra sem zigzaguear, seu percurso deve, via de regra, começar pela Praça Quinze de Novembro. Da Praça XV, o Boulevard se estende margeando os limites da Baía de Guanabara até chegar à Praça Mauá, já na Zona Portuária, atravessando um ambiente que até pouco tempo atrás era ocupado pelo Elevado da Perimetral, via expressa construída na segunda metade do século XX.

Embora envolta por tensões, a implosão do Elevado da Perimetral liberou valioso espaço no solo, ao mesmo tempo recuperando a visada de um conjunto significativo de edifícios históricos. Afirmando que a permanência da Perimetral colocaria em risco o sucesso do Porto Maravilha e sem esconder que a derrubada seria seu projeto mais caro (O GLOBO, 2010), o prefeito da cidade defendeu que o ônus aos cofres públicos era justificado, pois, nas suas palavras, a Perimetral seria “o maior símbolo da degradação do Porto.”[5]

Dotada de inegável apelo visual, a paisagem descortinada não é apenas bela, mas também valiosa. De fato, mais que a imagem oficial de uma área recuperada de um suposto passado degradado, a derrubada da Perimetral potencializou a acumulação primitiva de capital simbólico (RIBEIRO, 2006), por exemplo, ao trazer novo fôlego ao mercado imobiliário através da valorização do estoque de terrenos negociados no seu entorno. Além disso, deve-se considerar que a exploração do ativo conferido a determinadas paisagens é algo que as autoridades do Rio já têm plena consciência e operam a seu favor, haja vista a recente candidatura bem-sucedida da paisagem carioca à lista de patrimônio cultural da humanidade da Unesco. Contudo, a relação entre o descortinamento da paisagem e suas implicações no tecido social carrega consigo efeitos negativos, questão já levantada por diversos autores. Analisando as transformações desta mesma área, Moreira e Mesentier apontam para:



centralidades periféricas | periferias centrais

“um processo de ‘pacificação’ higienista e homogeneizante da paisagem, que corresponde ao que é feito em relação ao próprio tecido social. [...] Neste sentido, pode-se falar de um duplo ataque desta criação de paisagem dominante: não só a paisagem é capturada e reprogramada, mas também o tecido social.” (MOREIRA & MESENTIER, 2014:49)

Assim, à medida que adentramos o reprogramado cenário *pós-Perimetral*, surgem também os elementos menores que agora o compõem. Sentado no alto de uma torre de observação, com o auxílio de um megafone um voluntário dá as boas vindas e adverte que é proibido entrar com garrafas de vidro. Já no interior da área protegida, do outro lado do passeio o *stand* montado por uma marca de carros expõe seu último lançamento e oferece saltos gratuitos de *bungee jump*. A multidão que começa o passeio com ombros cerrados logo se dissipa para integrar a fila que mais lhe convém, seja para usar um banheiro químico, comprar uma comida nos *foodtrucks* ou um mascote de pelúcia na loja oficial, seja para visitar a maquete da cidade feita com peças de brinquedo. A cada canto incorpora-se um estímulo ao consumo e, de longe, os anúncios que mais se fazem presentes são de uma marca global de refrigerantes e outra de cerveja, ambas monopolizando a venda de bebidas no interior do Boulevard.

Fig. 1: Início do Boulevard Olímpico



Fonte – Acervo pessoal

Já na Candelária, antes mesmo de chegar na Pira Olímpica avistamos um balão gigante com o logotipo da mesma marca de cerveja. Ali, a experiência-corpo-massa dissolve-se em algo mais de ar; atrações oficiais e não oficiais, telões, piras, fogos, fotos, *burgers*, cervejas artesanais; paisagismo emoldurado a um lado por tapumes metálicos, detrás dos quais se vê subir fachadas inacessíveis - de outro pela água, de cujo acesso nos protegem grades móveis oportunamente instaladas, coladas umas às outras. Multiplicada nas telas de outros tantos aparatos de registro, nos aproximamos da pira para notar que a topografia inclinada serve perfeitamente para mirá-la na câmera, escondendo os obstáculos que a protegem: observador e objeto são separados por uma grade de contenção móvel, cerca de ferro permanente e espelho d'água, microcosmo bastante representativo da "arquitetura antimendigo"[6] presente em muitas das praças do centro da cidade.

Nesta que é a área mais ampla do Boulevard concentram-se também todas as fardas mobilizadas para garantir a ordem do evento. De quando em quando um grupo de corpos dá corpo ao controle (dos corpos): militares, policiais militares, policiais não-militares, mas também seguranças do programa Centro Presente financiados por agentes privados[7]. Um exemplar ciborgue alia a vigília de um corpo militar treinado a aparatos tecnológicos de captura fixados no topo de sua cabeça, sobre o *sahasrara*. Constatação aparentemente trivial, diria Otilia Arantes, de que as áreas gentrificadas são também altamente vigiadas. (ARANTES, 2013:36)

Mas nas sombras que este controle não vê (ou finge não ver), surgem os vendedores ambulantes. À paisana, sozinhos ou em pequenos grupos, estes vendedores circulam por toda a área portando mochilas semi-abertas com garrafas à mostra, sem muito alarde, comercializando a preços mais justos as bebidas desautorizadas pela organização do evento. A despeito do acúmulo de estratégias de ordem, o Boulevard é rua e, portanto, conserva fagulhas de sobrevida - desvios em potencial. Como nos lembra de Certeau, é no cotidiano da rua que o sujeito sobrevive, astucioso, reinventando táticas a cada nova investida totalizante da repressão. (CERTEAU, 2014)

Muito que ver, os olhos caminham em sentidos vários, mas as pernas seguem o que já sabemos ser a ordem vigente: caminhar adiante, proibido retornar. Passada a pira olímpica, o caminho afunila ao nos aproximarmos do I Distrito Naval. Seguimos adiante *com* e *sendo* o fluxo, notando velocidades e vazões cada vez menores. Quando já não podemos caminhar, ouvimos o hino nacional. O ritmo nos permite observar: à esquerda tanques anacrônicos de guerra, um grande edifício histórico, uma varanda central, oficiais da Marinha uniformizados. Entramos em território brasileiro, fundem-se experiências olímpicas, nacionalistas, militares, espetaculares - tudo toma ar de espetáculo. As telas capturam e ao fim do hino surgem palmas, a banda rapidamente emendando uma versão instrumental de Cidade Maravilhosa.



Neste lugar já não há *foodtrucks* e pira olímpica, os estímulos ao consumo ficam para trás. A experiência agora parece atingir outros campos da economia do desejo, pois é inegável que tais referentes patrióticos e cívicos se inscrevem também na ordem da produção de subjetividades, promovendo uma constante modelização do inconsciente coletivo. A subjetividade é essencialmente social e, nas palavras de Guattari, diz respeito “aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, aos fantasmas imaginários, etc.” (GUATTARI&ROLNIK, 2013:36) Considerando que, uma vez fabricadas no registro do social, tais subjetividades são assumidas e vividas pelos indivíduos em suas existências particulares, que modos de existência estão em jogo? Mais precisamente, que modos de existir no centro da cidade estão em jogo?

4. A MASSA, UM CORPO EM DESLOCAMENTO, MOVE-SE EM SENTIDO ÚNICO; FAZEMOS CORPO COM ELA, ENTRE NÓS, COM NÓS MESMOS

O fluxo cresce, alcançamos mais ar, passamos pela banda. Chegamos à ponte, construída para vencer um vão sob outra ponte, esta de fluxo estritamente militar. À entrada observamos um corpo masculino de uniforme camuflado, com alto falante em mãos. A ponte muito cheia, fluxo novamente denso, tempo para mover, tocar, esbarrar, ver de perto e olhar ao redor. Notamos à vista um cartaz com os dizeres:

“NÃO PARE NA PONTE
SIGA EM FRENTE”

...ilustrado com um símbolo de trânsito (de automóveis), de proibido estacionar. Comentamos, ensaiamos parar diante do agente militar, mas seguimos na experiência-massa, abrindo mão de todos os *possíveis* que escapam quando o caminhar se sujeita a tamanha normatividade.

Fig. 2: Ponte sobre a Baía de Guanabara, na altura do I Distrito Naval



Fonte – Acervo pessoal

Nesse ponto, caminho e ponte realizam uma curva sobre o mar. Ao passar dali estamos em outra atmosfera, como num ritual ponte-curva: mais ventos, visadas privilegiadas, materiais de toque quente (madeira, grama, areia), novos edifícios icônicos. Sabemos que é o fim do caminho em seu sentido estrito, que mais adiante alcançamos a Praça Mauá. Vemos então um mecanismo de controle do sentido único: uma fila de militares, marinheiros, que bloqueiam a passagem dos que vêm de fora para dentro, em sentido reverso, avisando: “para a Praça Quinze pegar a Rio Branco”. Antes deles, paramos e temos a ideia de caminhar em sentido contrário, replicando Flávio de Carvalho e sua Experiência nº2, ao atravessar da mesma forma uma procissão de Corpus Christi que passava pelas ruas de São Paulo em 1931:

“Tomei logo a resolução de passar em revista o cortejo, conservando o meu chapéu na cabeça e andando em direção oposta à que ele seguia para melhor observar o efeito do meu ato ímpio na fisionomia dos crentes. [...] A princípio me olhavam com espanto [...]; eram, portando, praticamente, o único movimento em todo o imenso percurso da procissão e esta situação de movimento naturalmente exigia o monopólio da atenção geral, e uma presença perturbadora, como era a minha, deveria influir diferentemente na procissão em movimento e na assistência.” Flávio de Carvalho (apud JACQUES, 2014:111)

Suspensão. Encarar a massa e viver a contramão da experiência imediatamente modifica tudo. Não mais nos deslocamos num ponto fixo em relação a ela, mas atravessando-a continuamente, a contrapelo. Sentimo-



centralidades periféricas | periferias centrais

lhes as ondas, as dobras, os atritos, a velocidade; sabemos que nos movemos por intencionalidade, em pulsões quase contínuas. De quando em quando outros corpos na massa sentem necessidade de nos avisar: “é pra andar pra lá”, “porque andar ao contrário?”, “não tem quase ninguém indo ao contrário”. Assim cruzamos até novamente o início da ponte, ali sentindo ser bom descansar da experiência e conversarmos sobre. Os corpos sentem ainda aquele tempo que sustentamos nos movendo contra a maré. Animamos por adotar o “parar na ponte” e escolhemos criteriosamente o ponto sob os dizeres imperativos. De início nossa atitude de três corpos foi parar, corpos posicionados no sentido do caminho. Paramos, nos damos os braços e nos colocamos outra vez antenas, em silêncio. Resistindo a esbarrões intencionais, decidimos permanecer imóveis por mais algum tempo. Por alguns minutos ficamos de costas, de frente para a multidão, conversando e calados.

Mas não nos distanciemos. O relato aqui exposto diz respeito à nossa experiência, sem objetivar um juízo de valor em relação às experiências do Outro, embora se entenda que por vezes a escrita o transmita – o que deixamos que venha, embora não seja o objetivo. Nosso enfrentamento ali era com os organismos, os aparatos, os indicadores, os transmissores e as mensagens de controle. Pois longe de investigar uma suposta “psicologia das massas”, tal como defendido por Flávio de Carvalho em sua Experiência nº2, aqui nos limitamos a presumir que a atitude policialasca anunciada pela multidão é paradigmática para pensar os processos de subjetivação que estão em jogo ao se tentar controlar o espontâneo da cidade.

Mais uma vez, nos juntamos aos outros passos e caminhamos até o fim do percurso, onde guardas continuavam controlando a saída. Saimos da área protegida, demos meia volta e tentamos retornar ao Boulevard, tendo sido impedidos pelos mesmos. Mais alguns metros e avançamos pela Praça Mauá, esplanada que surge, confina a Baía e garante o avanço dos novos museus. Não por acaso, o caminho de sentido único deságua nos equipamentos culturais ali construídos, como se reforçasse os ingredientes que compõem a receita da *cidade do pensamento único*⁸.

5. CAMINHAR À GUIA DE FIM

Em uma área promovida do alto como “*espaço democrático de acesso à experiência olímpica*”⁹, desconcerta constatar algo que mais se aproxima do seu inverso: a cada instante fomos esquadrihados, tivemos nosso caminhar resumido a uma flecha e, por fim, com um gesto nos negaram o retorno ao mesmo espaço público. Chamem aquele espaço de democrático ou não, a experiência desta quinta-feira sugere limites claros à potência da vida nos centros urbanos.

Em linhas gerais, caminhar em sentido único expõe os riscos dos atuais processos de transformação que atingem o Rio de Janeiro. Mas para além da própria fugacidade do espetáculo, é inegável que os arranjos circunstanciais que amparam o evento olímpico constituem uma brecha, oportunidade ímpar para a intensificação do controle biopolítico sobre a vida e, não por acaso, para o silenciamento das disputas que contestam o projeto hegemônico de cidade. A respeito deste fechamento de caminhos alternativos, Ana Clara Torres Ribeiro afirma:

“[...] o evento que desestrutura deve ser lido em sua capacidade de transformar-se em causa de novas mudanças, tendo amplificados os seus impactos, por sua possibilidade de se tornar fato, ou seja, condição - e, até mesmo, causa - de novos eventos. Acreditamos que a ação hegemônica que se realiza no impulso global tenha esta capacidade de conquistar duração, a irreversibilidade dos designios de que é portadora e, também, o fechamento de caminhos de retorno à situação vivida antes da sua manifestação. Neste sentido, a face destrutiva-criadora do capitalismo possui conteúdos normativos e codificadores da ação valorizada, que alteram marcos legais e o imaginário social.” (RIBEIRO, 2013: 154)

Face à permanente desconfiança (essencial ao ato de investigar, supõe-se), nos dirigimos ao fim desta reflexão sem antes sinalizar que os caminhos abertos para a transformação da Zona Portuária estão apenas começando. Tendo em mente que a situação exemplar oferecida por esta quinta-feira atípica compõe um conjunto irreversível de estratégias e deixará rastros que não se limitarão ao espaço do Porto Maravilha, muito menos ao cronograma dos Jogos Olímpicos, resta acompanhar, mais de perto e por mais tempo, seus próximos desdobramentos.

Notas

- [1] Em passagem célebre, o autor afirma: “de nada serve partir das coisas boas de sempre mas sim das novas e ruins.”
- [2] Um confabular que inevitavelmente se relaciona com a intuição, enquanto método ou faculdade, no sentido bergsoniano do termo. Cf. BERGSON, 2006
- [3] O vídeo encontra-se disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=A5zrPRusLcY> >. Acesso em: 10 set. 2016.
- [4] No caso carioca, para uma análise de homens lentos e zonas opacas à luz dos conceitos de Milton Santos, Cf. RIBEIRO, 2011.
- [5] Cf. O GLOBO, 2013. Vale pontuar que a reestruturação em questão não surge ao acaso. O discurso que na atualidade defende uma intervenção radical, ou “revitalização”, ganha força haja vista o abandono promovido pelo Poder Público por



décadas. Se o local hoje é problematizado como “degradado” e passível de ser “resgatado”, a explicação para o fenômeno não se resume à existência de um viaduto, muito menos à dinâmica capitalista que rearranja as atividades portuárias a partir da segunda metade do século XX. Mais além, o fenômeno está atrelado às consecutivas gestões que não intervêm a médio e longo prazo, na definição de novos rumos para a área.

- [6] A respeito das estratégias empregadas para apartar a população em situação de rua com vista aos megaeventos de 2014 e 2016 no Rio de Janeiro, Cf. FERRAZ, 2013.
- [7] "Não há mecenas que se preze que não patrocine alguma área pública, com o zelo ancestral demandado por essa nova onda de *enclosures*, como nos tempos da acumulação primitiva." (ARANTES, 2013:36)
- [8] O termo tem origem na exposição de “um pensamento único das cidades”, cunhado por Otilia Arantes ainda no final dos anos 1990 para descrever o papel da cultura enquanto matriz conceitual comum às novas estratégias urbanas. Cf. ARANTES, 2013:67.
- [9] Palavras do secretário executivo de governo Sr. Rafael Picciani durante coletiva de imprensa que explicou as interdições do Boulevard Olímpico. O vídeo encontra-se disponível em: < www.youtube.com/watch?v=tMVegl3bJPM >. Acesso em: 15 out. 2016.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA; VIGNA, A. Operação policial financiada por empresários cariocas mira moradores de rua. **Agência Pública**, 19 fev. 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; Vainer, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERGSON, Henri. Introdução à metafísica. In: **O pensamento e o movente**. Ensaios e conferências. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMITÊ POPULAR COPA E OLIMPÍADAS RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2013.

FERRAZ, S. M. T. et al. A política da boa imagem: cidade limpa e segura para turista ver? In: WERNER, C.; GODINHO, F.; RIBEIRO, P. (org.). **Políticas Públicas**: interações e urbanidades. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 2014.

MOREIRA, C.; MESENTIER, L. Produção da paisagem e grandes projetos de intervenção urbana: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro Olímpico. In: **RBEUR**, v.16, n.1, p. 35-50, mai. 2014.

OLIVEIRA, F. L. A metáfora cidade-empresa no planejamento estratégico das cidades. In: **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 141-162, jan./jul. 1999.

O GLOBO; MAGALHÃES, L. E.; SCHIMITT, L. G.; COSTA, J. Demolição do Elevado da Perimetral começa entre meados de 2012 e início de 2013 e vai durar um ano. **O Globo**, 15. jul. 2010. Disponível em: < oglobo.globo.com/rio/demolicao-do-elevado-da-perimetral-comeca-entre-meados-de-2012-inicio-de-2013-vai-durar-um-ano-2979171 >. Acesso em: 15 out. 2016.

O GLOBO; FRANÇA, R. Orla Conde funcionará em sentido único para pedestres na quinta-feira. **O Globo**, 15 out. 2016. Disponível em: < oglobo.globo.com/rio/orla-conde-funcionara-em-sentido-unico-para-pedestres-na-quinta-feira-19926182 >. Acesso em: 15 out. 2016.

O GLOBO; SCHMIDT, S. Fim da Perimetral vai revelar ângulos e abrir espaço à revitalização da Zona Portuária. **O Globo**, 23 nov. 2013. Disponível em: < oglobo.globo.com/rio/fim-da-perimetral-vai-revelar-angulos-abrir-espaco-revitalizacao-da-zona-portuaria-10866816 >. Acesso em: 15 out. 2016.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidade e rugosidades. In: **Redobra**, n. 9, p. 58-71, 2012, Salvador.

RIBEIRO, A. C. T. Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EdUFBA, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

VAINER, C. B. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. In: XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR). **Anais..** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.